

# Rosemberg faz cenário pessimista para 88

6 de outubro

MÔNICA MAGNAVITA

gueiredo os trabalhadores tiveram uma perda real de 15%.

Esta equipe econômica não manipula números, mas tem se mostrado incapaz de conter o déficit público, o grande foco da inflação na opinião de Rosemberg, que deve chegar a 6% do PIB em 1987, contra uma previsão oficial de 3,5%. A questão é que o aumento de gastos no Governo, aliado à necessidade de gerar superávits elevados resultará em altas taxas de inflação, a menos que se adote choques heterodoxos sucessivos, "que é o grande temor de todo mundo".

Um bom resultado na balança comercial é inevitável para manter as negociações satisfatórias, disse, mas a contrapartida disso é a recessão, que estaria descartada se o déficit fosse cortado durante o Plano Bresser.

As maiores pressões sobre o déficit, observou o economista, estavam no ano passado, e estão hoje em dia, nas reivindicações dos Estados e Municípios e na defasagem das tarifas das estatais. Além disso o desrespeito às leis por parte do próprio Governo virou rotina, uma vez que continuam as contratações no setor público e os salários nas estatais tiveram aumentos reais, apesar de oficialmente proibidos.

Isso desmonta todo o programa do Governo, criticou. Este plano teve a obscurlecência mais rápida que eu já vi.

Depois que saiu do Governo, Rosemberg abriu uma empresa de con-

sultoria em São Paulo e da sua convivência diária com grandes empresários ele chegou a uma conclusão que pode ser resumida em uma frase: "O setor privado nunca viu um descalabro tão grande". A seu ver, nunca foi tão difícil planejar investimentos, já que ninguém sabe quais são os objetivos do País e isso põe em risco todo o programa de crescimento nacional, detalhado nos planos macroeconômicos oficiais.

Ainda assim, ele disse que não acredita em um esgotamento das medidas de curto prazo na economia, mas critica a adoção de instrumentos heterodoxos para combater a inflação. De acordo com o economista, as pressões de custos e a tentativa de recuperação dos salários antes de junho, aliada ao descontrole do déficit público, fizeram com que a inflação reaparecesse no cenário brasileiro.

A recessão do ano que vem, quando a indústria deverá ter um crescimento negativo e a produção agrícola um aumento de apenas 2%, põe o País muito próximo às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), "sem as vantagens que um acordo traz, ou seja, a entrada de dinheiro novo". Para Rosemberg, esse é contra-exemplo de uma política populista.

A recessão brasileira, ao contrário da mexicana e argentina, é gratuita. O México e Argentina fizeram acordo com o Fundo, tiveram uma redução do crescimento, mas os dois países estão entrando nos eixos. Nós, por outro lado, estamos provocando

uma desaceleração de economia a troco de nada.

A questão central, diagnosticou, é que o problema econômico no Brasil tem origem política. "Os partidos brasileiros não compreendem que devem fazer um sacrifício a curto prazo a fim de melhorar as expectativas a médio e longo prazos". Ele não consegue imaginar um desfecho para esta crise política, mas teme um insurreição militar que os leve de volta ao poder.

Depois de trabalhar um ano no Palácio do Planalto, Rosemberg concluiu que o Presidente Sarney foi, e tem sido, um exímio bailarino, "tendo que fazer o País andar com a falta de apoio do PMDB, com a insatisfação do PFL, com a ameaça de um retorno militar e com a zanga do PT". Neste momento, frisou, uma das maiores demandas da sociedade é o encolhimento do Governo, "mas este é um inimigo poderoso demais para ser vencido em uma batalha, frisou, e eu o conheço bem".

Quanto à questão externa, Rosemberg acha prematuro falar em fracasso, mas ressalta que não sente avanço nas negociações. "Outra postura já teria levado o País muito mais longe", frisou. De acordo com o economista que participou de todas conversas anteriores do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o confronto não é a melhor estratégia de negociação e não se pode mensurar o que o Brasil deixou de ganhar com esta postura.

— Não acredito que numa eleição as pessoas votem em função da política econômica — disse ele.

# Ministro faz defesa do novo pacote econômico argentino

MÔNICA YANAKIEW  
Correspondente

BUENOS AIRES — O Ministro da Economia Juan Sourrouille — o segundo a ocupar esse cargo nos quatro anos de governo democrático na Argentina e o pai do choque heterodoxo na América Latina — defendeu ontem seu controvérito pacote econômico. Numa entrevista exclusiva ao jornal "Clarín", ele disse que as novas medidas não são recessivas, como afirmam seus críticos, e que não teme a greve geral, convocada em sinal de protesto pela poderosa Central Geral dos Trabalhadores.

Considerado um dos homens mais populares do país em 1985, quando formulou com sua equipe o Plano Austral (que congelou preços e salários e inspirou os planos heterodoxos de combate à inflação no Brasil e no Peru), Sourrouille tornou-se um dos Ministros mais criticados este ano. Apesar dos sucessivos reajustes do Plano Austral, a inflação de agosto chegou a 13,7% e a insatisfação dos argentinos refletiu-se nas eleições do dia 6 de setembro, quando o partido do governo, a União Cívica Radical, foi derrotado pela oposição peronista.

— Não acredito que numa eleição as pessoas votem em função da política econômica — disse ele.

Ontem, Sourrouille disse que seu novo pacote de medidas (decretado

na quarta-feira da semana passada) não é ortodoxo, nem obedece às diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Como seus antecessores, utiliza o congelamento de preços e salários para reduzir a inflação, mas também aumenta os impostos (para reduzir o déficit público de US\$ 5,6 bilhões) e tem dispositivos para estimular a exportação e abrir o mercado argentino para importações.

— Não há recessão na Argentina: A economia vem crescendo desde 1985. O que houve recentemente foi uma desaceleração desse crescimento — disse ele.

Sourrouille também falou no programa argentino de privatização de estatais como a de exploração e comercialização de petróleo, YPF. Mas reconheceu que a desestatização da economia argentina está levando mais tempo do que se previa. Admitiu também que não existe, no momento, uma política específica para o país sair do congelamento.

PERU — Uma decisão judicial conhecida ontem determinou ao governo socialista peruan o fim da intervenção em dois bancos privados: de Crédito e Wiese mas não foi cumprida pelos interventores que ocupam as agências desde a semana passada.

Um dia após a sentença, o juiz Jaime Moran afastou-se do caso por motivos de saúde. Para o seu lugar foi designado William Cajas, que também foi substituído quarta-feira passada pelo juiz Carlos Paredes.